

Educação para a cidadania: exclusão/discriminação da cultura Kwisi no ambiente escolar, na comuna do Caitou, Município da Bibala, Província do Namibe – Angola

Education for citizenship: exclusion/discrimination of Kwisi culture in the school environment, in the Caitou commune, Bibala Municipality, Namibe Province – Angola

Educación para la ciudadanía: exclusión/discriminación de la cultura Kwisi en el ambiente escolar, en la comunidad de Caitou, Municipalidad de Bibala, Provincia de Namibe – Angola.

DOI: <http://dx.doi.org/10.25087/resur4a2>

Jones Lutero¹
Marialva Moog Pinto²

Recibido, 21 de octubre de 2017
Aprobado, 6 de noviembre de 2017

Resumo

O movimento sociocultural na arena internacional tem sido marcado por um conceito de cidadania fortemente ligado aos processos educativos. Uma cultura educacional que respeita hábitos e costumes de diferentes povos que coabitam numa determinada região, forma um rico mosaico cultural, moldado pelo respeito à convivência democrática. Este artigo tem por objetivo analisar no ambiente educacional, o exercício da cidadania entre o povo Kwisi e as tribos vizinhas, tendo como base a interpretação dos níveis de entendimento dos agentes educativos locais da comuna do Caitou, na cidade do Namibe –Angola. Na perspectiva de se analisar com precisão a possível ocorrência deste fenómeno, procurou-se desenvolver a presente abordagem adoptando como metodologia a pesquisa qualitativa, assegurada pelos métodos bibliográfico e de campo, cujo desígnio é descritivo, tendo em conta as dificuldades que têm vindo a ser detectadas por intermédio dos relatos das pessoas próximas, descrevendo a forma

¹ Mestre em Educação pela Universidad Latinoamericana – ULAT (Bolívia). Licenciado em Direito pela Universidade Gregório Semedo, Luanda - Angola. Diretor do Gabinete Jurídico do Comando Provincial da Polícia Nacional no Namibe – Angola.

joneslutero@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Brasil). Coordenadora do Curso de Mestrado 2014-2017 (Angola). Conselho Académico e docente do Instituto Universitario Sudamericano – IUSUR (Uruguai).

marialvamoo@hotmail.com

conflitiva em como as tribos Mucubais e Nhaneka-Umbi, se relacionam com o Povo kwisi, na Comuna do Caitóu, Província do Namibe -Angola.

Palavras-chave: Educação. Cidadania. Povo Kwisi. Angola

Abstract

The sociocultural movement in the international arena has been marked by a concept of citizenship strongly linked to educational processes. An educational culture that respects the habits and customs of different peoples that cohabit in a certain region, forms a rich cultural mosaic, shaped by respect for democratic coexistence. The aim of this article is to analyze the exercise of citizenship between the Kwisi people and neighboring tribes in the educational environment, based on the interpretation of the levels of understanding of the local educational agents of the Caitou commune, in the city of Namibe - Angola. to analyze the possible occurrence of this phenomenon, we tried to develop the present approach adopting as methodology the qualitative research, assured by the bibliographic and field methods, whose design is descriptive, taking into account the difficulties that have been detected by and describes the barbarous and cruel form in which the Mucubais and Nhaneka-Umbi tribes relate to the Kwisi people in the Caitou Commune, Namibe Province-Angola.

Keywords: Education. Citizenship. Kwisi people. Angola.

Resumen

El movimiento sociocultural en la arena internacional ha sido marcado por un enfoque de ciudadanía fuertemente ligado a los procesos educativos. Una cultura educativa que respeta hábitos y costumbres de diferentes pueblos que cohabitan en una determinada región, forma un rico mosaico cultural, modelado por el respeto a la convivencia democrática. El objetivo de este artículo es analizar el ejercicio de la ciudadanía entre el pueblo Kwisi y las tribus vecinas, basada en los niveles de entendimiento entre los agentes educativos de la comunidad de Caitou, en la ciudad de Namibe – Angola, a fin de analizar con procesión la ocurrencia de este fenómeno, se procuró desarrollar un

Rev. educ. super. sur glob - RESUR Nº4 jul. – dic. 2017 e010 ISSN 2393-6789

abordaje basado en una metodología de investigación cualitativa, afirmada en revisión bibliográfica y de campo, cuyo diseño es principalmente descriptivo, teniendo en cuenta las dificultades que se identifican en el relato de las personas involucradas, que describen en forma conflictiva el relacionamiento entre las tribus Mucubais y Nhaneka-Umbi, y el pueblo Kwisi, en la Comuna de Caitóu, Província de Namibe-Angola.

Palabras clave: Educación – Ciudadanía – Pueblo Kwisi - Angola

Introdução

A ignorância é geralmente a irmã da maldade.

(Sófocles)

O interesse por esse tema surgiu em função de se ter evidenciado uma forte discriminação de várias comunidades na Comuna do Caitou, Município da Bibala, Província do Namibe - Angola em relação a comunidade do povo Kwisi, também residente na localidade. Tem-se na educação para cidadania, um forte aliado para o entendimento e aceitação do outro em sua diversidade.

No processo de socialização, fundamental para a construção de uma sociedade, os indivíduos interagem e se integram por meio da comunicação, assimilando hábitos culturais e interiorizando regras e valores de determinada sociedade. O processo de socialização se estabelece pela interação por uma complexa rede de relações sociais, que desde criança os seres humanos vão se envolvendo durante a vida e nos quais, todos os envolvidos se influenciam mutuamente. No caso do povo Kwisi a comunicação é um dificultador, uma vez que falam uma língua diferente dos demais.

Os processos de socialização e desenvolvimento constituem a forma natural que qualquer comunidade rural ou urbana se pode identificar, respeitando seus hábitos e costumes num verdadeiro espírito de interactividade e relatividade cultural. A problemática do exercício da cidadania aliada ao estudo dos costumes sociais é objecto de estudo cuja imersão lança bases de visibilidade já a partir dos meados do século XVII. Aspectos ligados a fórmula natural e inequívoca para a boa convivência humana pluralizada nos direitos fundamentais, sempre foram uma utopia, já que as sociedades obedeceram desde os primórdios aos princípios de hierarquia e sobrevalorização de determinados grupos ou classes sociais em detrimento de outros.

Ao problema, levanta-se a questão segundo a qual, em que medida a educação para a cidadania é considerada uma ferramenta valiosa no processo de convivência e desenvolvimento entre o povo Kwisi e as tribos vizinhas no espaço escolar da comuna do Caitou, na cidade do Namibe - Angola?

Este estudo tem como objetivo geral, analisar no ambiente educacional, o exercício da cidadania entre o povo Kwisi e as tribos vizinhas, tendo como base a interpretação dos níveis de entendimento dos agentes educativos locais da comuna do Caitou, na cidade do Namibe – Angola.

No âmbito dos objetivos específicos buscou-se algumas teorias que serviram de base para abordagem do ponto de vista histórico, a trajetória do “*modus vivendi*” dos povos Kwisi, nomeadamente no contexto do seu enquadramento sociocultural, identificar um conjunto de princípios que devem sustentar a acção/prática educativa em relação ao exercício da sua cidadania, com origem psicológica; antropológico e sociológico, com vista a propor um espaço aberto ao diálogo naquela comunidade. Existirá ou não uma lacuna em termos de valores culturais, morais e éticos? Que razões levam as tribos vizinhas a discriminarem o povo kwisi? Na intencionalidade de minimizar tais dificuldades convida-se ao leitor a desfolhar as próximas páginas deste artigo.

Metodologia

Este estudo trata-se de um recorte da pesquisa de Mestrado em Educação realizada em Angola, intitulada “Educação para a Cidadania: exclusão/ discriminação da cultura Kwisi no ambiente escolar, na Comuna do Caitou, município da Bibala, Província do Namibe - Angola” (2017). A pesquisa do tipo qualitativo de cunho etnográfico, teve seu foco principal a preocupação com a discriminação enfrentada pelo povo Kwisi, residente no município de Bibala.

Desenvolveu-se a pesquisa apoiando-se em recursos tais como: revisão da literatura, análise documental, fontes orais mais próximas, podendo a posterior, com base nas técnicas aplicadas para a colecta de dados, interpretar e descrever os resultados da pesquisa. A grande vantagem consiste na capacidade do pesquisador poder interagir com a população pesquisada.

Segundo Freixo (2010), o método qualitativo assenta em estratégias de pesquisa para observar e descrever comportamentos, incluindo a identificação dos factores que possam estar relacionados com um fenómeno em particular. Definiu-se a pesquisa com a opção metodológica descritiva, porque permite ao longo do processo investigativo, classificar e diferenciar o método ocorrente no processo, por formas a estudar, compreender, e explicar a situação do objecto em função dos dados recolhidos por intermédio do questionário, tendo como base a observação, análise e síntese da situação real.

O contexto pesquisado é uma escola da rede pública na Comuna do Caitou que comporta mais de 150 alunos do ensino geral ou seja, da 1ª a 9ª classe. A escola fica no município da Bibala, na Província do Namibe em Angola. Os estudantes Kwisi da escola comportam apenas 10% do total dos estudantes, representando uma minoria.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados 1 Soba³ da tribo Nyaneka Kwisi, 1 Soba de outra tribo Nyaneka, 1 entidade religiosa feminina, 14 professores da escola e um membro da tribo Kwisi.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados da investigação, optou-se por inquéritos, para os professores e entrevistas abertas ou semi-estruturadas com os demais sujeitos investigados.

Interessou-nos saber dos professores da escola as seguintes questões: Já ouviu falar em educação para a cidadania?; Cre ser importante a divulgação de práticas que visam o exercício da cidadania?; Considera que tem havido a manifestação de comportamentos que expressam atos de respeito mútuo entre os cidadãos?; A relação de vizinhança recíproca entre o povo Kwisi e habitantes mais próximos tem sido boa?; Considera haver respeito mútuo entre as diferentes tribos na aldeia?; Tem observado movimentos de campanha cívica com o objetivo de dar a conhecer a importância do respeito pela diferença sociocultural e promoção da educação para cidadania local?; Existe no Programa curricular da sua disciplina, ou de outras, uma unidade que trata da importância da educação para a cidadania?; Considera o respeito pela diferença cultural um fator importante na manutenção do respeito pelo exercício da cidadania?; Como

³ O soba é um líder em uma comunidade tradicional em Angola, que toma decisões, organiza eventos especiais, desempenha o papel de juiz e age de forma a prevenir o aparecimento de problemas externos à comunidade. As suas funções são a de fazer a ponte entre a comunidade e o governo, informar-se dos problemas, investigar as causas e obter soluções, tais como problemas relacionados com a morte, doença, segurança ou outros assuntos similares. O soba, trata localmente dos problemas sociais ou tradicionais, estabelecendo regras que devem ser seguidas.

caracteriza a interação entre a sua Escola e a Comunidade?; A Comunidade tem recebido visitantes de outras áreas com frequência?; O professor(a) considera existir uma certa discriminação das tribos vizinhas para com o povo Kwisi?; Em sua opinião, que motivos podem estar na base de tal discriminação?; Considera a educação um pilar de reforço para o exercício da cidadania?; Que comentários gostaria de deixar em relação a convivência das diferentes tribos residentes na comuna do Caitou?

As entrevista dirigidas a tribo vizinha do povo Kwisi interessaram-se em saber: Você convive com pessoas de outras tribos?; O que chama mais sua atenção no convívio com outras tribos?; Você acha que todas as tribos têm o mesmo direito?; Você acha que alguma tribo não respeita o convívio? Por que? O que eles fazem que incomoda você?; Como você se relaciona com a tribo Kwizi?; Esta tribo faz algo que incomoda você?; Como você acha que podemos resolver estas diferenças?

A entrevista realizada com um membro da tribo Kwisi teve como questão: Você convive com pessoas de outras tribos?; O que chama mais sua atenção no convívio com outras tribos?; Você acha que todas as tribos têm o mesmo direito?; Você acha que alguma tribo não respeita o convívio? O que eles fazem que incomoda você?; Como você se sente morando nesta comunidade?

O povo kwisi

A explicação das origens da etnia Kwisi em Angola, impõe a realização de uma viagem no passado em busca de subsídios históricos em termos de vivência e originalidade sociocultural. Oriundo de grupos, denominados “pré-bantu” que habitou o território angolano na época do paleolítico, os chamados e conhecidos – Vátwa⁴ ou Kuroka, estes, são formados pelos Ova-Kwandu ou Kwisi e pelos Ova-Kwepe ou somente Kwepe. Este povo habita a faixa semidesertica do Namibe entre o mar e Serra da Chela.

As origens do povo kwisi são pouco conhecidas. Identifica-se com o Hotentote⁵, usando a mesma língua. O grupo Vátwa constitui uma população de aproximadamente

⁴ Angola: Povos e Línguas – João Fernandes e Zavoni Ntondo (p.26) – Comissão Nacional Angolana do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2002).

⁵ Hotentote ou bosquímano é o nome de uma família de grupos étnicos existentes na região sudeste da África. Aparentemente estes povos têm uma longa história, mas atualmente existem apenas pequenas

6.000 pessoas⁶, entre os Kwepe e Kwisi. Este povo caracteriza-se por costumes como a circuncisão, cerimónias da puberdade feminina e assimilação da língua Ovakuvale⁷, tendo um regime familiar assente na poligamia, embora rara na comunidade Kwisi, em relação a outra. Veneram um ser supremo e praticam o culto aos espíritos dos antepassados. Pouco dedicados a agricultura e perseguidores incansáveis de antílopes e de zebras.

Dados históricos, revelam que é um povo que habita nesta região a longos anos porém, bastante marginalizados e subalternizados vivem desintegrados de outros povos da região por causa de mitos culturais que não tem fundamentos antropológico, facto que na visão de muitos, apenas envergonha e nada contribue para a identidade angolana. É um facto conhecido na região em questão, mas silenciado por muitos. Em Angola existe uma heterogeneidade de raça e conseqüentemente de culturas, etnias ou tribos, e a Lei Magna (Angola, 2010) consagra no seu artigo 23º que todos os indivíduos são iguais perante a lei, significando de outro modo que, ninguém pode ser prejudicado em seus direitos nem isento de seus deveres, bem como de qualquer outra imunidade que lhe seja por direito. As práticas de algumas comunidades contra os kwisi nesta região têm sido o inverso, daquilo que a referida Lei confere aos cidadãos angolanos, porquanto trata-se de factos que chocam com a constituição e lesam com profundidade a identidade do povo angolano baseado na diversidade como uma das riquezas do mosaico cultural da Angola.

Sendo que a discriminação é a principal consequência, sendo mais intensa do que a simples diferença, na medida em que é usada em sentido depreciativo, alicerçando-se em critérios ilegítimos, em geral ligados à ideia de primazia de um grupo em relação a outro, uma vez que o princípio da igualdade é aplicável tanto nas relações dos cidadãos frente ao Estado como nas relações entre particulares.

Imobilizado nas várias vertentes psicológicas e socioculturais, de reagir perante tais práticas estigmáticas, este povo vive desanimado e vêm-se rendidos perante tal rótulo que lhes lava a aceitação de seres inferiores em relação aos outros, prejudicando

populações, principalmente no deserto do Kalahari, na Namíbia. Os hotentotes, em geral, são indivíduos de pequeno tamanho.

⁶ João Fernandes e Zavoni Ntongo (p.27).

⁷ Os ovakuvale são um subgrupo da etnia Herero, do qual compreendem, em Angola, os Ovakuvale (Mucubais ou Kuvales), os Ovahimba (Himbais) e os Ovadimba Dimbas). O seu idioma é o Tchihherero, que é falado por todos eles com algumas variações. São povos seminomades, agropastoris, mas essencialmente pastores, a agricultura é pouco praticada e, em alguns casos, muito precária.

assim a sua autoestima, que dá sentido à vida humana. Desta forma estão inibidos de continuar a lutar pelos seus direitos e libertar-se da subjugação étnica. Precariamente denota-se com tristeza a forma com que os grupos Nyaneka e Mucubal se impõem perante o povo Kwisi, evitando qualquer tipo de contacto sob alegações infundadas do ponto de vista cultural e social, dificultando assim o processo de convivência e estabelecimento de uma vida igualitária e harmoniosa.

Linguística

A variante linguística afecta ao povo Kwisi, obedece a uma estrutura mais abrangente que inclui a generalidade do povo Vátwa. Ou seja, por uma etnia primitiva não bantu, que engloba também o povo denominado Kwepe. O quadro que se segue nos pode ilustrar com originalidade a situação etnolinguística dos Kwisi, no município da Bibala.

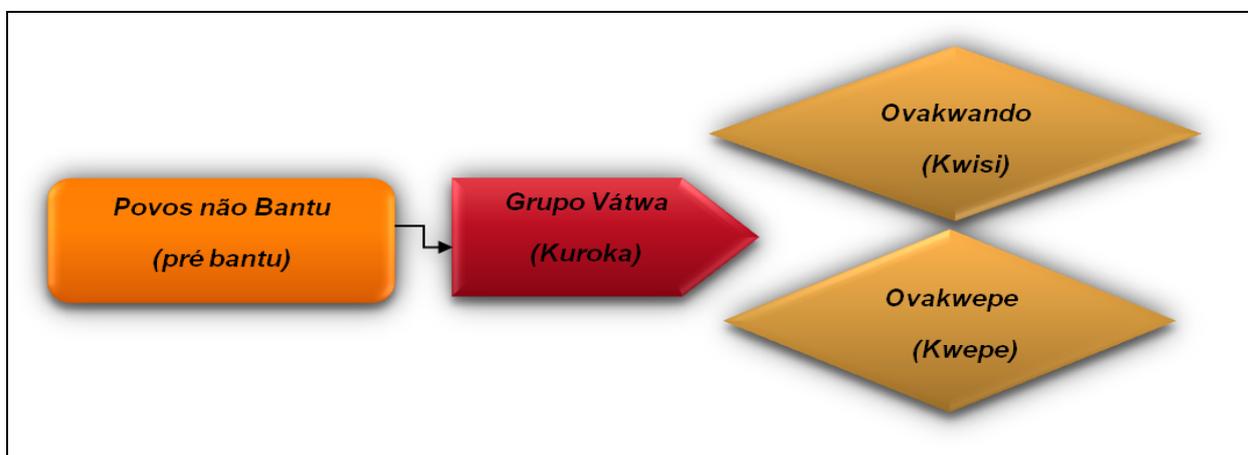


Figura 1 - Esboço etnolinguístico do Povo Kwisi

Fonte: os autores

Como se pode observar, a língua falada deste povo é mesmo denominada “Kwisi”, sendo esta uma característica enraizada na maioria das etnias espalhadas no interior do país. Contudo, fruto da subalternização de que têm sido alvo, faz com que este povo oculte esse bem cultural precioso que é a sua identidade linguística.

A linguagem e, concomitantemente a língua reúne o poder de expressão com maior visibilidade no mundo. Por meio dela as sociedades interagem, desenvolvendo

pontos de intercâmbio e de produtividade socioeconómico. Mais do que isso, a língua constitui-se num verdadeiro instrumento de união entre os povos que, deve basear-se na pluralidade de expressão e entendimento mútuo. No entanto, a língua também assinala a diferença e em muitos casos pode produzir a exclusão. Logicamente que, não existe uma só língua! Assim como também não existe um só povo e sim, vários povos e cada um com as suas características. Neste sentido, cada língua representa a identidade cultural de um povo, o que faz com que esse se identifique perante aos demais afirmando sua originalidade.

Segundo Marconi e Presotto (2015, p.6) “a língua muito mais do que simples veículo de comunicação, ela constitui-se um verdadeiro instrumento do pensamento”. Desta feita, a grande diversidade de línguas acompanha como é óbvio a tamanha variedade de culturas, tendo como base o respeito pela reactividade cultural. Sousa (2009, p.48), nos auxilia dizendo que:

Linguagem é um conjunto complexo de processos – resultado de uma certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social – que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer”, ou seja, linguagem é todo sistema organizado de sinais que serve como meio de comunicação entre os indivíduos. Tanto a linguagem verbal quanto a linguagem não-verbal expressam sentidos e, para isso, utilizam-se de signos. O conceito de cultura é bastante complexo. Em uma visão antropológica, ele pode ser definido como a rede de significados que dão sentido ao mundo que cerca um indivíduo, ou seja, à sociedade. Essa rede engloba um conjunto de diversos aspectos, como crenças, valores, costumes, leis, moral, línguas, etc.

Em torno deste derrame, a cidadania encontra na língua o seu mais alto poder de expressão. Isto é, o conjunto de normas e padrões socioculturais de convivência humana, são alicerçados pelo poder da linguagem enquanto vector importante e independente da comunicação.

De acordo com (Marconi e Presotto, 2015) um facto curioso e que por muitos tem passado despercebido, é a inquestionável realidade trazida pela Arqueologia, pois, esta enquanto ciência a serviço da Antropologia, visa subsidiá-la com ferramentas que, devem sustentar a indagação acerca da Pré-História, em relação a origem da própria linguagem. Tal fato não se restringe na aquisição dos padrões da fala, e sim, na capacidade de transmissão oral e simbólica dos conhecimentos e experiências

adquiridos que, de certa forma acabaram se tornando um advento no mosaico sociocultural.

A cultura é e deve ser expressa de diferentes formas linguísticas. Porém, a linguagem verbal é a que mais visibilidade e abrangência têm em relação a outros poderes de expressão sociocultural. Perplexamente é também a linguagem, um elemento que por muitos, mal usada, pode provocar atrocidades entre diferentes povos que coabitam numa determinada esfera territorial, como é o caso dos povos que fazem fronteira com os Kwisi.

O exercício da cidadania na Educação

Pinsky (2005) define a cidadania como sendo um processo que envolve o exercício de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão. Dito de outra forma, é a participação do cidadão de forma livre, justa e ativa ou passiva na administração comum do bem-estar social.

Segundo Fonseca (2001) o exercício da cidadania é uma preocupação antiga, tão antiga como os conceitos de relação entre o público e o privado. Ela estabeleceu-se na Grécia e em Roma, sequenciados pelas revoluções inglesa, americana e francesa. Posteriormente, o conceito de cidadania continuou se desenvolvendo de acordo com a evolução da sociedade (direitos sociais, luta das mulheres e das minorias, meio ambiente, etc.) até chegarmos ao estágio assumido nos dias de hoje.

Segundo Fonseca, (2001) os indivíduos que ao longo da sua vida interagem com diferentes tipos de pessoas, acontecimentos que envolvem suas formas de comportamento, acabam por construir em si mesmo, quadros diferentes em termos de conceito. Por esta razão, muitos destes indivíduos se mostram capazes de efectuar uma valorização mais adequada das respectivas tomadas de decisão e, tendem a adoptar intencionalmente posturas que revelem a procura de soluções necessárias para que se possam alcançar resultados mais justos. Neste âmbito, só a educação tida e reconhecida como instrumento digno de libertação dos cidadãos da opressão da sua própria identidade e integridade física, psicológica e sociocultural, pode, numa verdadeira incursão científica e transparente pela adopção de medidas de inclusão escolar, num processo incessante de luta e respeito dos direitos, facultando assim uma vida mais harmoniosa para todos.

Segundo Munanga (2010) as instituições intimamente ligadas ao bem-estar são o sistema educacional, os serviços sociais e de saúde. Os direitos sociais formam um elemento vital numa sociedade que ainda é hierarquizada, mas que mitigou as desigualdades e abrandou as tensões provenientes do sistema de classes. Do ponto de vista analítico, significa haver uma acemente necessidade das instituições ligadas ao aparelho do Estado, traçar e dinamizar políticas de proximidade assertiva, em relação a questão dos direitos humanos, não apenas fixando volumes em matéria jurídica mas, também e fundamentalmente, garantir sua aplicabilidade e fiscalização a nível de todas as comunidades em respeito a Lei Magna da Nação (Angola, 2010).

Neste sentido, está patente a verdadeira contribuição para a unidade nacional, onde todos são iguais perante a Lei, não havendo espaço para vilipendiar outros grupos étnicos. Como é evidente, deve-se evitar no alcance deste objectivo, decimando a pedagogia dos excluídos, no sentido de não se extremar posições destes no futuro. Trabalhar com as comunidades adjacentes a este grupo com vistas a cultivar nestes, o espírito de irmandade e o reconhecimento do seu semelhante com os mesmos direitos, sendo esta a condição e factor para aceitação da diferença e, consequentemente contribuindo para a tolerância e coabitação pacífica entre os cidadãos angolanos em geral e, em particular o povo Kwisi e tribos vizinhas.

Estudos antropológicos revelam que a característica do homem primata é privada da fala. A grande questão afirma-se sobre quando e como é que o homem se livrou de tal condição? Hora! Sendo que a linguística constitui-se no mais alto e eficiente padrão de funcionalidade em termos de independência, o seu conhecimento valida em linhas gerais, as largas possibilidades de uma interacção mais aberta e frutífera no que diz respeito aos processos de relatividade cultural e educacional da cidadania. Por meio da comunicação os sujeitos de uma determinada etnia veiculam suas informações, tendo como base a compreensão mútua dos interesses recíprocos, onde não importa muito a questão das especificidades que caracterizam a cada uma das partes, sendo que o essencial é a reflexão e o diálogo. Para Sousa (2009, p.50):

Numa visão mais ampla, ideologia é a ciência que trata da formação e origem das ideias. Trabalha com o conjunto de ideias, crenças e doutrinas próprias de uma sociedade, de uma época ou de uma classe, e que são produto de uma situação histórica e das aspirações dos grupos. Partindo dessas observações, é possível entender que existe uma diversidade de

cultura e de linguagem e que não há uma melhor ou superior a outra, apenas são diferentes, como a cultura indígena em relação à cultura europeia. Entretanto, o que existe é uma ideologia de classes que, numa situação de desigualdade social, uma procura se tornar superior às outras, em detrimento de outra ou outras. Como exemplo, usa-se a desigualdade social para manter a ideologia de que, em relação à linguagem, se estabelece uma variedade padrão utilizada pela camada socialmente privilegiada, como “correta” e todas as demais como “incorretas”.

Simples gestos podem seguramente ser interpretados de diversas maneiras gerando diferentes conclusões. A capacidade humana inerente aos processos de socialização é uma característica inerente ao próprio ser humano. Nenhuma cultura sobrevive por si só sem que haja uma interação com outras. Dito de outra forma, a convivência entre culturas é um fenómeno que deve existir como elemento catalisador de experiências recíprocas, proclamando a necessidade da diversidade cultural e da complementaridade de aspectos positivos de uma em detrimento de outra e vice-versa. Esse fenómeno precisa caminhar por uma direcção ou rumo à evolução cultural, respeitando os traços que marcam a identidade de um povo. A lógica científica é clara na definição dos padrões que regem a criação da identidade de um determinado grupo social, não obstante existiu uma explicitação de cada um dos elementos que substancialmente deve ser parte integrante de uma cultura.

A escola e outras instituições sociais são aqui chamadas a dar o seu melhor na construção do homem novo, interativo e participe da sua própria tarefa de desenvolvimento. Em muitos casos levantam-se questões a cerca da escola como instrumento ou ferramenta a serviço da cidadania e da unidade nacional. Contudo, o núcleo da questão paira sobre a prática da cidadania inclusive no próprio ambiente escolar! Uma escola pública, com características frequentemente governamentais é vista como um órgão do governo que deve consagrar a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. A escola representa o Estado.

Pinsky (2005) afirma ser indescritível os factos que revelam com pureza a maneira ou forma com que muitos Estados privilegiam determinados sectores em consequência da debilidade educacional a quem de direito, neste caso, para um país democrático é o “povo”. A alegada falta de recursos para o sector educacional não corresponde na maioria das vezes a epiderme sensível e frágil da população alvo, uma

vez que a aposta no setor da formação deve ser uma prioridade absoluta. Basta estender um olhar para aqueles que são os países desenvolvidos do Mundo. A escola não deve ser um lugar de exclusão, segundo Sousa (2009, p.50) no entanto o que ocorre em muitos casos é que “a escola existe para corroborar a ideologia das classes dominantes e não para favorecer as classes desfavorecidas. Dessa forma, o aluno que não se adaptar à nova ordem não obterá sucesso social”. E ainda que:

A escola, como instituição a serviço da sociedade, assume e valoriza a variedade padrão das classes dominantes. Dessa forma o aluno oriundo das camadas ou classes dominadas encontra padrões lingüísticos e culturais diferentes de seus padrões. Esses novos padrões são apresentados ao aluno como os unicamente “corretos”, em detrimento daqueles que ele traz, ignorados e desprezados pela escola (Sousa, 2009, p.50).

Em outros termos, é a compreensão de mundo, por meio dos conhecimentos científicos que transforma o homem em um sujeito lúcido e liberta o homem da sua ingenuidade e do aprisionamento mitológico sociocultural de que é e tem sido vítima. Seja ela formal ou informal, a educação representa um tecido cultural cujo pendor é de tamanha responsabilidade que, deve abranger todos os povos independente do seu traço cultural e etnolingüístico. Pela orientação dos conteúdos ou temas educacionais, os indivíduos são obrigados a redefinir o seu conceito de mundo e, estabelece níveis de compreensão a altura das novas necessidades e evolução social. Ousa-se mesmo frisar que, o exercício da cidadania no contexto sociocultural e etnolingüístico enraíza-se na configuração geopolítica pela valorização dos aspectos essencialmente culturais sem perder de vista a gênese sob a qual deve assentar os pilares da democracia como facto incontestável. Neste preâmbulo discutir questões que se versam em matérias de cidadania e seu exercício num contexto de diferentes grupos culturais, visa aprofundar os seus conceitos, não permeando apenas em asas de conteúdos significativamente limitados e incapazes de sustentar do ponto de vista da argumentação científica.

O exercício da cidadania revela uma clara homogeneidade para com a democracia. É a democracia que cria as bases para o exercício da cidadania, pois esta última constitui-se num direito democrático. Sequencialmente, tanto uma quanto outra, ambas manifestam-se mediante o gozo de direitos e cumprimento de deveres. A violação de um direito é um atentado ao exercício da cidadania e conseqüentemente atropelo da democracia.

Análise dos Resultados da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada com quatorze (14) professoras, juntando a estas, relatos da entrevista levada ao cabo no terreno com elementos das autoridades tradicionais, entidades religiosas, membros do povo Kwisi e de tribos vizinhas, bem como funcionários da administração local, revelam dados de resposta preocupantes.

A começar pelo questionário com **os professores** esses descrevem o seguinte:

Os professores questionados são unânimes em dizer que já ouviram falar em educação para a cidadania e consideram importante a divulgação de práticas que visam o exercício da cidadania. Ao justificarem sobre o por que consideram importante, dizem que tais práticas ajudam os estudantes a compreender a relação entre os nossos direitos e os nossos deveres.

85% dos questionados disseram que a convivência entre o povo Kwisi e os habitantes mais próximos não é boa, o que de acordo com (Azevedo,1975) trata-se de um dado extremamente preocupante na medida em que fragiliza o exercício da democracia na comunidade.

No entanto quando questionados se os professores consideram haver respeito mútuo entre as diferentes tribos na aldeia, 4 professores afirmam que sim, 7 negam e, outros 3 assinalam as vezes. Dizem que a convivência não é salutar.

Percebe-se que campanhas cívicas para a promoção da educação da cidadania local ocorrem de forma incipiente e frágil, pois a maior parte dos questionados não observa nenhuma ação neste sentido, 2 professores dizem que há e 2 dizem que as vezes.

Acerca da visão dos professores em relação a educação como um pilar de reforço para o exercício da cidadania, todos os professores consideram essencial, assim como concordam que há uma unidade específica no programa curricular das disciplinas que trata da importância dos conteúdos ligados a cidadania.

Questionando se os professores consideram o respeito pela diferença cultural um fator importante na manutenção do respeito pelo exercício da cidadania, os professores manifestam a sua crença no sim, totalizando os 100% da referida amostra e apontam para aquilo que é o favorecer o desenvolvimento dos diferentes povos.

Os professores consideram a interação entre a escola e a comunidade razoável, no entanto dizem que raramente se fala sobre o assunto da discriminação do povo Kwisi, contradizendo o dito anteriormente. Mais adiante quando questionados sobre a sua opinião acerca de existir uma certa discriminação das tribos vizinhas para com o povo Kwisi, os sujeitos que fazem parte da referida amostra, são unânimes em afirmam que sim, o que se traduz numa percentagem de 100% respectivamente.

Em análise, importa-nos dizer que o professor deve ter consciência de seu papel como educador/formador de cidadão e no trabalho com a auto-estima de seus alunos, não se limitando apenas em ser transmissor de conteúdos escolares, mas também no que se reflete sobre a diversidade existentes em sala de aula, valorizando-as e respeitando as diferenças sem subjugar uma em relação a outra (Sousa, 2009).

Em relação aos motivos, que podem estar na base de tal discriminação, os professores apontam a sobrevalorização dos povos vizinhos em relação aos Kwisi.

Quando perguntados se a comunidade tem recebido visitantes de outras áreas com frequência, para saber se há situações a serem resolvidas na comunidade, ninguém afirma que sim, os dados são repartidos em sete para o não e sete para às vezes, que em termos percentuais divide-se em 50% para ambos.

Analisando as informações fornecidas pelos professores, está claro que os mesmos sabem que deve ser desenvolvido atividade e ações para o exercício da cidadania no espaço educacional, mas este exercício, não passa de conteúdos programáticos que determinadas disciplinas desenvolvem, porém não desenvolvem efetivamente no dia a dia da escola, pois os próprios professores em seus relatos parecem estar posicionados no grupo que tem restrições e discrimina o povo Kwisi.

Indo agora para uma breve análise daquilo que são os relatos da entrevista levada a cabo no terreno com elementos das autoridades tradicionais, entidade religiosa, membro do povo Kwisi, bem como funcionários da administração local, estes revelam-se bastante preocupados, no entanto contraditórios em certa medida.

Ouvindo uma **entidade religiosa**, esta descreve o comportamento dos habitantes da comuna como sendo normal, apesar de haver uma certa tendência de determinadas tribos agirem negativamente com as outras por alegadas, mas não justificadas questões socioculturais. Neste caso concreto, trata-se da subalternização dos povos Kwisi em relação aos povos Mucubais e Muhumbi.

Neste sentido, na voz da entrevistada, quando questionada sobre a visão e o papel da Igreja face a esta problemática, afirma terem vindo a trabalhar para poderem garantir um espírito de harmonia entre os povos na região. “O que não tem sido fácil!”(Entidade religiosa). Postula ainda a ideia segundo a qual, a igreja não tem feito qualquer distinção étnica para com os povos da região, infelizmente tem-se verificado em zonas um pouco mais longínquas da sede comunal. Vindo de uma pessoa crente, é perceptível a visão desta em relação ao assunto, não obstante ser um acontecimento que se tem verificado bem na sua aldeia.

Percebe-se que a entidade religiosa está imersa no seu contexto e cultura, e distante dos processos de evolução da humanidade. A falta de informações sobre esses avanços e possível reflexão epistemológica de uma figura considerada com poder e autoridade para a comunidade, impede que os demais membros se abram para novas perguntas sobre sua condição.

Por outro lado, dois dos **funcionários da Administração**, revelam que tem sido uma prática quase que comum, na medida em que tal fato, ou seja, a discriminação ocorre aos olhos da maioria e que, infelizmente a visão dos populares, têm sido bastante conformista com a situação. O povo Kwisi, não obstante ser um povo autóctone na região, tem vindo a observar de um tempo a esta parte o desmoronar dos seus hábitos e costumes em consequência de constantes repressões de que tem sido alvo por parte das tribos vizinhas.

Segundo Fernandes & Ntongo (2002), em muitos casos a necessidade de combater a auto discriminação chega a ser superior a de ter que enfrentar a subalternização deste para com seus semelhantes. Sublinha a nossa entrevistada que, nos últimos tempos, fruto da discriminação demonstrada por comportamentos berrantes dos povos vizinhos em relação aos Kwisi, como sendo o caso de proibição de casamentos, não aproximação em caso do passamento físico de um dos seus elementos, entre outros, estes por sua vez tendem a ocultar a sua verdadeira identidade sob pena de serem descoberto pelos demais povos e, estar assim sujeito a atos bárbaros.

Tal marginalização estende para determinadas áreas consideradas base de subsistência humana, trata-se da prática da agricultura que, em geral é feita nos campos sob o olhar inevitável dos diferentes povos da comunidade e, é aí onde também se faz sentir, de acordo com a nossa entrevistada, um dos verdadeiros rótulos ou aspecto segmentaria entre os Kwisi e as tribos vizinhas, já que estas últimas escusam-se de

qualquer tipo de aproximação. Para além deste, tem-se também o agudizado corte, em termos de relação conjugal que, na opinião dos Mucubais e Muhumbis ou Nhaneka-Umbi, está longe de ser ultrapassado, já que na sua perspectiva são povos conformados com o seu modo de vida e que por isso, não dão nada de si para a melhoria do seu bem-estar socioeconómico e cultural.

Como resultado destas e outras práticas, o povo Kwisi tem se refugiado em montanhas, num verdadeiro isolamento visando evitar o inevitável cruzamento com as tribos vizinhas.

Estas, por sua vez, alegam subjetivamente tratar-se de um povo preguiçoso e amaldiçoado que, nada tem a emprestar as tribos vizinhas, ficando apenas com os restos da comunidade primitiva que, na atualidade quase nada valem, a contar com os desafios e necessidades do mundo actual que vai se tornando cada vez mais exigente, carecendo de forças capazes e a altura de os fazer frente.

Noutra versão, depoimentos de um dos **responsáveis Kwisi**, a priori, bem logo na fase inicial das suas expressões, ficou registrada uma certa tendência de fuga deste a sua própria identidade, assumindo-se de princípio como povo Mukwando. Momentos mais tarde, após se ter familiarizado com a equipe de investigadores, este pode então trazer a tona sua verdadeira etnia, ao assumir-se como povo autóctone ou Kwisi. Em seus derrames, é notório a triste forma como este reporta os acontecimentos que fazem a vivência entre os Kwisi e as tribos vizinhas.

Considerações Finais

Julga-se ter alcançado o objectivo principal da investigação, na medida em que pretendeu-se, analisar no ambiente educacional, o exercício da cidadania entre o povo Kwisi e as tribos vizinhas, tendo como base a interpretação dos níveis de entendimento dos agentes educativos locais da comuna do Caitou, na cidade do Namibe – Angola.

Foi possível perceber que na visão dos professores exercitar a cidadania é atribuição de algumas disciplinas em determinados conteúdos escolares. Não entendem o exercício da cidadania no espaço escolar em todas as dimensões. O exercício da cidadania está muito voltado para direitos e deveres cívicos. Atrelados ao Estado.

Também ficou evidente que os professores percebem a discriminação do povo Kwisi pelas tribos vizinhas, mas na sua concepção isso ocorre pela própria conduta do

povo Kwisi. Sendo assim sua concepção é de que os Kwisi devem modificar seus contumes, suas crenças, seus valores, sua língua, se tem interesse em participar na vida da comunidade, como os demais. Em outras palavras os Kwisi devem ser outros que não Kwisi.

Percebe-se a necessidade imediata de uma formação continuada para os docentes em exercício, para que os próprios possam entender a gravidade da situação e refletir no grupo sobre as alternativas possíveis para um entendimento do problema.

A formação é necessária também para as comunidades e em especial para o povo Kwisi, que também deve entender a situação como algo que pode mudar com o entendimento e empenho de todos.

No caso de não haver entendimento dos sujeitos envolvidos, torna-se necessário políticas públicas e até mesmo ações afirmativas, dando a comunidade Kwisi, espaço e garantias de seus direitos assegurados, enquanto são desenvolvidos trabalhos de entendimento da comunidade Kwisi.

Encontra aqui uma resposta eficaz na necessidade do fomento a educação para a cultura da cidadania. Por outro lado, ficou patente o quão importante é dinamizar as sociedades face as novas necessidades e exigências que o mundo em geral nos vai impondo, transformando incansavelmente todos os recursos a nossa disposição para o bem comum e individual.

A convivência entre o povo Kwisi as tribos vizinhas é de todo indesejável para qualquer comunidade que tem os seus valores como base e garante da sua própria identidade. Sem hierarquizar as culturas porque cada povo desenvolve dentro das suas matrizes culturais, tendo em conta os saberes produzidos localmente em determinados contextos.

É necessária a intervenção de todos sem preconceito, para o resgate deste grupo étnico na situação em que se encontra, visando uma ampla participação na vida social como cidadãos para se atingir este objetivo que é parte da satisfação humana. Torna-se necessário propor uma educação cidadã que contribua no respeito de todos os grupos étnicos de modo a aceitarem o seu semelhante incondicionalmente como ser igual, merecedor dos mesmos direitos e este grupo, por sua vez, conscientizar no sentido de se impor como cidadãos com as mesmas oportunidades, acreditando nas suas potencialidades.

Referências

- Almeida, J. Ferreira de, e Pinto, J. Madureira (1982). *A Investigação em Ciências Sociais*.
- Angola (2010). *Constituição da República de Angola*. Recuperado de <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>
- Azevedo, Thales. (1975). *Democracia racial: Ideologia e Realidade*. Petrópolis. Vozes.
- Fernandes, João & Ntongo, Zovani (2002). *Angola: Povos e Línguas. A Realidade Etnolinguística de Angola: Nzila*.
- Fonseca, M. António. (2001). *Educar para a Cidadania: Motivações, Princípios e Metodologias*. 2ª ed. Porto: Porto .
- Freire, Paulo. (2011). *Acção Cultural para a Liberdade e outros escritores*. 14. ed. Rev. Actual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freixo, M (2010). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget
- Lutero, Jones (2017). *Educação para a Cidadania: exclusão/ discriminação da cultura Kwisi no ambiente escolar, na Comuna do Caitou, município da Bibala, Província do Namibe – Angola*
- Menezes, M. Anzacot (2010). *Reflexões sobre Educação*. Munanga: Mayamba.
- Munanga, Kabengele. (2010). *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Departamento de Antropologia – USP. (Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP).
- Nascimento, A. Valdir (2012). *Antropologia e Educação: Consensos e dissensos*. Cadernos do LEME, Campina Grande. 4(2), 54 – 68.
- Pinsky, Jaime (2005). *Cidadania e Educação*. 9ª Ed. Sao Paulo: Contexto.
- Sousa. Albet Freitas (2009). *Inclusão Social através da Valorização da Diversidade Linguística*. Dissertação de Mestrado Profissional em Teologia Faculdades EST. São Leopoldo.